

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.256.317 - SP (2018/0047154-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : FLAVIO OLIMPIO DE AZEVEDO - SP034248
MILENA PIRÁGINE E OUTRO(S) - SP178962
ERIKA DENYSE DE ARAUJO FRANCO - SP354356
BIANCA MARIÁ DORNELLES ROTTA - SP364008
BRUNO DA COSTA CRUZ - SP380810
AGRAVADO : ARNALDO JOSE MANTOAN
ADVOGADOS : EMERSON LEIVA BARBOSA E OUTRO(S) - SP198731
RICARDO BARRETO ROSOLEM - SP283442

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo BANCO DO BRASIL SA desafiando decisão do c. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que não admitiu o recurso especial, sob os seguintes fundamentos: a) no que se refere aos temas do termo inicial dos juros moratórios, foro competente, legitimidade ativa e correção monetária, aplicou a regra do art. 543-C, §7º, I, do CPC, que inviabiliza o conhecimento de recurso interposto em face de matéria já pacificada nesta Corte, segundo a sistemática dos recursos especiais repetitivos; b) incidência da Súmula 7 desta Corte.

É o relatório. Passo a decidir.

O recurso não merece sequer conhecimento.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC."*

Observa-se que o agravo previsto no art. 1.042 do CPC/15 tem por objetivo o processamento do recurso especial inadmitido pela Corte de origem. Assim, é imperioso que, nas razões recursais, o agravante demonstre expressamente o desacerto da decisão agravada.

In casu, a parte agravante não rebateu, como lhe competia, os referidos fundamentos da decisão recorrida. Limitou-se a afirmar que houve o prequestionamento da matéria e que o recurso especial preenche os requisitos para seu recebimento e julgamento.

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, o princípio da dialeticidade, que rege os recursos processuais, impõe ao recorrente, como requisito para a própria admissibilidade do recurso, o dever de demonstrar por que razão a decisão recorrida não deve ser mantida, demonstrando o seu desacerto, seja do ponto de vista procedimental (*error in procedendo*), seja do ponto de vista do próprio julgamento (*error in judicando*), porquanto não atende ao princípio em tela o recurso que se limita a tão só afirmar a tese jurídica interessante à sua pretensão, sem confrontar, de forma juridicamente balizada, os fundamentos adotados na decisão que busca reformar.

Incide, na hipótese, o art. 932, III, do CPC/15, que permite ao Relator não conhecer de recurso que não impugna especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator